

ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Eni Voltolini - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que faça a distribuição aos srs. deputados.

Gostaria de fazer o registro, em nome desta Casa, da visita do Senai, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do município de Itajaí. Temos aqui 54 alunos acompanhados de seus educadores, professores e como responsável o sr. Vorlei Pereira.

Desejamos boas-vindas aos estudantes que estão se qualificando em suas caminhadas.

Boa estada neste Parlamento!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc e saudar os estudantes que acompanham esta sessão na Assembleia Legislativa.

Alguns deputados estão ainda nas comissões, também em seus gabinetes, deputado Kennedy Nunes, v.exa. sabe que a nossa vida aqui é corrida atendendo os prefeitos, os vereadores de vários municípios do estado os quais vêm aqui para os encaminhamentos finais, pois o governo do estado está liberando os recursos do Fundam, e agora estamos nos últimos dias em razão do período eleitoral.

Então, os municípios estão apresentando os seus projetos, alguns com necessidade de correção. Recebemos a secretária da Municipal Loreni Solioni, do município de Model, o vereador Dirceu Silveira, grande amigo, muito atuante no município, o vereador Selvino Maciel e a vereadora Edilce Kegler.

Recebemos também o prefeito, em exercício, do município Iraceminha, sr. Jeri Luiz Tumelero que agradece pelos recursos que o governo encaminhou. São municípios do interior que necessitam de muita atenção na questão das estradas.

Sabemos também que o oeste do estado foi atingido por uma chuva muito forte há quase um mês quando, deputado Eni Voltolini, em um dia choveu para o mês inteiro e, em alguns municípios, houve 200 milímetros de chuva. Sabemos que no oeste quase todas as estradas são de chão prejudicando a saída da produção de leite. Então a chuva causa um transtorno. O município recebeu recursos do governo do estado, e o prefeito Jeri Luiz Tumelero conseguiu atender a demanda da comunidade e por essa razão também fazendo agradecimento.

O prefeito de Romelândia, sr. Elízio Rodrigues da Fonseca está na mesma situação, o vereador Saul Fernando Ritow e outras lideranças.

Quero registrar o resultado da reunião da Udesc para a implantação de mais cursos no estado

de Santa Catarina. A Udesc como todo mundo sabe é Universidade do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Então, por que se criou a Udesc? Com o objetivo de levar educação, descentralizar para as regiões que não têm uma universidade federal, faculdade para que o filho do agricultor, o filho do cidadão catarinense daquela região não tenha a perspectiva de ter um curso superior.

Então, a Udesc tem esse objetivo de levar o curso mais próximo. Há vários municípios pleiteando cursos, e o município de Palmitos que já teve um curso de Enfermagem foi suspenso e ficamos naquela queda de braços, naquele pedido, reuniões e mobilizações para tentar levar algum curso para o município de Palmitos.

Aquela região situa-se no sudoeste do estado Santa Catarina, onde há dificuldade de acesso a curso superior. Assim, se quisermos que os jovens permaneçam próximos de sua família, no interior temos que dar condições para que esses jovens tenham estudo e trabalho lá naquele local.

Havia previsão da Udesc de criar um curso de Direito para Florianópolis, deputado Eni Voltolini, o que acho totalmente fora dos propósitos da instituição, pois em Florianópolis temos a Universidade Federal e vários outros cursos. Além disso, temos as fundações em São José, Palhoça, enfim, a Grande Florianópolis e o litoral oferecem outras oportunidades para o nosso jovem.

Em relação à mobilização, o convencimento, o debate com a direção, o magnífico reitor da Udesc que agora efetivamente decidiu viabilizar os estudos para implantar esse curso de Direito que seria lá no município de Palmitos. Talvez, se quisesse buscar um curso mais ligado à economia da região, à agricultura, mas é uma grande perspectiva, uma grande oportunidade para o jovem daquela região.

Então, esse ofício da Udesc comunicando essa decisão de fazer os estudos para a implantação do curso de Direito em Palmitos, realmente atende o anseio da população e o anseio de toda a sociedade catarinense, porque todos queriam ter uma

faculdade próxima da sua casa, uma faculdade gratuita e que possa atender a sua demanda, mas temos, sim, que procurar socializar este desenvolvimento para que todos os jovens do estado de Santa Catarina possam ter a oportunidade do estudo sem ter que estar muito longe da sua família. Então, por essa razão, queremos reconhecer esse esforço da Udesc na implantação desse curso que atende ao nosso estado.

Como segundo assunto todos sabemos da dificuldade da saúde em nível de Brasil. E ontem assisti a uma reportagem relatando que os hospitais federais do Rio de Janeiro têm 14 mil cirurgias na fila de espera. E a previsão é que em dez anos consiga-se colocar em dia. Quer dizer, não vai colocar, porque a fila vai aumentando. Assim sendo tem que se encontrar uma solução para essa questão da saúde. Tem que se buscar formas de aumentar a capacidade de atendimento, porque quando falamos em dez mil é um número, é um papel. Mas não é um número, não é um papel, são famílias sofrendo, com pessoas com problemas graves de saúde, necessitando de atendimento. O que essas famílias fazem? Vão procurar o município, vão procurar o vereador, o prefeito ou o deputado, porque o desespero é grande.

Então, quando buscamos uma solução, buscamos um encaminhamento, porque efetivamente reconhecemos e queremos achar uma solução. Eu digo isso porque os investimentos do governo do estado de Santa Catarina estão proporcionando o aumento de mais 985 leitos, 57 centros cirúrgicos e também o aumento das alas de internamento e de UTI no estado.

Eu citei essa reportagem dos hospitais federais, porque esse é um problema nacional, e Santa Catarina tem feito a sua parte. Por exemplo, o hospital Marieta Konder Bornhausen que atende a toda a região está recebendo R\$ 50 milhões de investimento para melhorar a qualidade no atendimento. Temos o hospital regional do oeste, em Chapecó, que também está recebendo do governo do estado R\$ 50 milhões de investimento, o

hospital Nossa Senhora dos Prazeres, em Lages, que também está recebendo um grande investimento.

É decisão governamental resolver essa questão. A de Lages, o governador Raimundo Colombo em algumas oportunidades exemplificou que ele gostaria de cumprir sua promessa de no primeiro mês de seu mandato dar a ordem de serviço para o hospital de Lages. Escolheram o terreno, que está ao lado do atual hospital, pois aí poderiam compartilhar usando lavanderia e cozinha. Mas parece que esse terreno era um campo antigo do Clube Internacional de Lages. E assim sendo os ex-jogadores que tinham dívidas pendentes com o clube entraram na Justiça, embargando a obra. E só depois de dois anos e sete meses o governador conseguiu liberar a obra, pela burocracia da licitação e dos embargos judiciais. Essa é a dificuldade que um administrador público enfrenta para fazer as coisas acontecerem.

Dáí, então, surge o descrédito da população que vê, muitas vezes, uma obra prometida na campanha levar todo esse tempo para acontecer. E o cidadão pensa que isso é incompetência de quem está governando.

Vou citar também a duplicação da estrada do aeroporto, que está parada. Isso acontece porque tem que ter um período de acomodação do aterro. Mas quando começou aquela obra todos pensavam que era incompetência do administrador. Por quê? Porque aquela mata foi cortada a facão, porque o órgão do meio ambiente diz que não pode cortar com máquinas, porque pode cair óleo e causar danos ao meio ambiente. Isso fez com que obra atrasasse mais de dois anos. Mas isso tem que mudar, porque prejudica os administradores.

Então, sobre o que falei da saúde deixa o cidadão revoltado. E a revolta que vimos nas ruas não é contra esse ou aquele governante, é pela dificuldade que o cidadão vê na hora das coisas acontecerem, do dinheiro público ser bem aplicado e com rapidez.

Assim sendo, temos que mudar o Brasil, pois a população e os políticos que querem mudar não aceitam mais essa situação de emperrar o estado e

o dinheiro público sendo desperdiçado. É muito importante que o Brasil atente para isso, principalmente em nível federal, Senado e Congresso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Uma saudação ao sr. presidente, a todos os parlamentares, a todos que nos acompanham.

Quero trazer hoje, em nome do PT, uma fala, porque na nossa avaliação, nesse último período, vemos no ar uma grande campanha no país que é quanto pior melhor.

Essa tática eleitoral não é nova. Quem já apostou nessa tática do quanto pior melhor, perdeu as últimas três eleições neste país. Quero trazer algumas informações sobre o momento real deste país. Estamos vivendo um momento de muita mentira, difamação e uma tentativa de destruição inclusive de um patrimônio público brasileiro - e não se conseguirá -, de uma empresa importante como a Petrobras.

Este governo fez avanços inquestionáveis neste país, mas talvez não tenhamos sido eficientes o suficiente em alardearmos os acertos e explicarmos de uma forma mais clara para a sociedade que tivemos o desafio de governar em um cenário de profunda mudança na economia externa com o agravamento na crise internacional, em que todos os países emergentes, como o Brasil, a China e a Índia, foram atingidos bruscamente. Mas mesmo nesse cenário, o Brasil foi o terceiro país que mais cresceu em 2013 e que manteve a inflação sob controle. A moeda brasileira foi a que mais se valorizou no último período.

Falam da Petrobras, mas o valor das suas ações disparou na bolsa no mesmo ritmo em que os boatos sobre a empresa eram alardeados pela imprensa.

Essa mesma Petrobras, nosso maior patrimônio, que é atacada sistematicamente, segue crescendo e já amplia em 20% a produção de petróleo extraído do Pré-Sal e vai atingir a meta do crescimento de 7,5% para este ano.

Falam de certo monstro chamado crise, mas o nosso Brasil recebeu 64,9 bilhões de dólares nos últimos 12 meses. Se a situação está tão ruim, como querem fazer pensar certos oportunistas de plantão, por que os investidores estrangeiros continuam a aplicar tanto dinheiro aqui?

Falam de desemprego, mas, enquanto a crise internacional gerou 200 milhões de desempregados desde 2008, a nossa taxa de desemprego segue sendo das mais baixas da história brasileira. Seguimos gerando emprego e renda, somos o maior canteiro de obras públicas no mundo. Ressuscitados setores industriais deixados de lado pelos antigos governantes, como é o caso da indústria naval.

Nosso governo tirou 36 milhões de brasileiros da miséria, diminuimos pela metade a dívida pública e reduzimos os juros. Temos em nosso currículo a retomada do crescimento econômico do país, com a inclusão social e o pagamento da dívida externa. De coadjuvantes, somos hoje um país protagonista no cenário internacional.

Nunca se aplicou tanto dinheiro em infraestrutura. Em Santa Catarina temos grandes obras em andamento, como a duplicação da BR-101 sul, a ponte de Laguna, o acesso à Chapecó que será inaugurado nos próximos dias e a BR-163 no extremo oeste catarinense. Na saúde temos um grande enfrentamento com o Programa Mais Médicos, um programa corajoso a fim de levar médicos para o interior do país para atender as pessoas que nunca tiveram acesso a um tratamento médico.

Na educação, em 2002, o orçamento do Ministério da Educação era de R\$ 32,8 bilhões. No ano passado já ultrapassamos R\$ 89 bilhões. Criamos 18 novas universidades federais. Com o Pronatec, implantando os institutos federais, criamos uma estratégia de educação pública e gratuita no ensino técnico profissionalizante. As políticas educacionais como o Prouni fizeram com

que o número de estudantes nas universidades públicas e privadas dobrasse. Com o programa Ciência Sem Fronteiras milhares de jovens puderam estudar fora do Brasil, com bolsas de estudo, trazendo conhecimento para este país. Isso é governar pensando no futuro da nação.

Na agricultura familiar, que acompanhamos nas últimas décadas, tivemos um cenário de grandes transformações. Em 2002, por meio do Pronaf, foram liberados R\$ 250 milhões para os agricultores familiares catarinenses. Em 2013 esse valor já ultrapassou R\$ 2 bilhões em crédito liberado para financiar a produção agrícola nas pequenas propriedades deste estado. Em 10 anos multiplicamos por nove os recursos do governo federal aplicados na agricultura familiar catarinense. Isso apenas pelo Pronaf, pois há ainda outras ações como o programa federal voltado à construção e reforma de habitações rurais com subsídio que chega a R\$ 28 mil para as famílias, entre outras ações de apoio ao agricultor.

Ontem a presidente Dilma lançou o Programa para a Agricultura Patronal, e foram anunciados R\$ 150 bilhões. E teremos nos próximos dias o lançamento do Programa para a Agricultura Familiar.

Repito que se erramos foi em não falar das nossas conquistas. Quanto mais evidentes são os aspectos saudáveis da nossa economia e da ação do governo, menor é o espaço na imprensa para esses fatos. Parece até regra que beneficia políticos oportunistas e especuladores financeiros. Bem, notícia boa não é notícia, não é isso que dizem os grandes comunicadores?

Temos que avançar preservando as conquistas sociais e econômicas do Brasil. Não podemos ficar quietos enquanto a população é manipulada por falsas promessas, por um clima falso de incertezas e por políticos que querem enfrentar a crise aumentando impostos, contendo o consumo, diminuindo a valorização do salário mínimo e pondo um freio na economia e na inclusão social. Essa receita o povo já conhece, é a receita que levou o país a ter uma década perdida como foi os anos 90,

onde a indústria brasileira foi severamente prejudicada.

É preciso restabelecer a verdade. Não podemos retroceder com quem fala do passado, vamos lutar para preservar as conquistas e seguir avançando, crescendo com justiça social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. presidente, srs. deputados, a bancada progressista traz hoje um tema que quero ancorar em algumas questões. Uma é que nós, há alguns dias, estivemos, deputado Darci de Matos e eu, em nome dos deputados Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves, presentes a um lançamento do evento Maio Amarelo, em Joinville. Na oportunidade repetiram-se algumas informações que foram trazidas a esta Casa sobre a preocupação com relação a mortes e pessoas acidentadas no trânsito.

Eu quero resgatar algumas coisas aqui e até vou pedir para a bancada do meu partido para talvez na sessão da tarde poder concluir aquilo que aqui iniciei.

O documento que o projeto Maio Amarelo trouxe à nossa Casa fala de alguns números, como dizia o secretário, ex-deputado, que nos precedia, podem parecer apenas estatísticas. A estatística na área da saúde é uma estatística danosa, porque você somente a sente se faz parte dela, senão, você apenas usa como referência.

E aqui se fala do Brasil como o quinto maior país no *ranking* de mortes e acidentados no trânsito. Apenas quatro países estão na frente do nosso país, nesse infeliz *ranking* de mortes e acidentados. E vou trazer esse número para Santa Catarina, para o nosso estado, em que vivemos.

Eu quero chamar atenção das pessoas que nos ouvem para esses números. Nós estamos aqui, em Santa Catarina, vou falar dos últimos anos, a

partir de 2008, com 1.850 pessoas que morreram no trânsito e 3.894 pessoas que ficaram vitimadas, não falecendo, mas acidentadas. Em 2009 esse número foi para 5.870 pessoas vitimadas no trânsito, acidentadas. Já no ano de 2010, 1.859, o número sempre se aproxima, morreram no trânsito. Em 2010 foram 6.223 pessoas sequeladas por esses acidentes. Em 2011, 1.997 pessoas morreram em acidentes no trânsito, em Santa Catarina, e 6.402 pessoas foram vitimadas e permaneceram sequeladas.

Talvez o que nos chame a atenção sejam coisas como, por exemplo, neste final de semana aqui, em Florianópolis, o acidente que vitimou três jovens. E nós somos muito movidos, deputado Kennedy Nunes, pelo momento. Então, certamente virão para esta tribuna, durante o dia de hoje, várias pessoas a falar sobre esse acidente. Mas apenas iremos desfiar um rol de acidentes diários que vitimam pessoas saudáveis. É sobre isso que quero falar.

As pessoas dizem que o nosso sistema de saúde não tem recursos suficientes para atender a tantas e tantas pessoas que estão esperando o atendimento necessário, fruto da sua idade, fruto de uma fatalidade ou fruto de circunstância de ter contraído uma doença que exige um tratamento todos os dias nesses hospitais regionais, nos hospitais especializados em traumatologia.

Pessoas que estão na fila das chamadas cirurgias eletivas têm que sair delas, porque adentra ao hospital uma pessoa que foi vitimada de acidente... E estamos apenas assistindo a esse processo. Toda sexta e todo sábado à noite, famílias choram pela perda de jovens que saíram saudáveis das suas casas e que não voltarão mais. Toda sexta-feira e todo sábado, à noite, são dias não de alegria, mas são dias de tristeza.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Sr. deputado, quero cumprimentá-lo por debater esse assunto tão importante para Santa Catarina e para o Brasil. Infelizmente, não se vê nenhuma ação concreta,

nenhuma estrutura governamental, privada, associativa, em defesa da mudança desse cenário.

Eu já tive a oportunidade de me pronunciar a respeito desse mesmo assunto, até pensei em fazer uma Frente Parlamentar na Assembleia Legislativa.

V.Exa. é muito feliz na sua colocação quando diz que todo final de semana, infelizmente, morrem aproximadamente 15 pessoas nas rodovias de Santa Catarina, em média, e não se vê nenhuma ação prática, objetiva, no sentido de conscientização, de educação. Uma série de fatores entram nesse processo, não apenas as estradas ruins, mal sinalizadas, que é um dos problemas, mas especialmente a educação de trânsito.

Então, v.exa. levanta esse assunto numa hora oportuna, porque neste final de semana tivemos mais uma vez, eu mesmo presenciei, dois acidentes, um em Gaspar, na sexta à noite, com uma morte, e no sábado, pela manhã, no trevo entre Pomerode e Blumenau, mais uma morte de ciclista. É uma sequência de fatos que acontecem semanalmente em nosso estado.

Quero apenas me solidarizar com o seu pronunciamento.

Temos que fazer, sim, na Assembleia Legislativa um movimento, mesmo que não tenhamos poder de decisão, mas pelo menos poder de mobilização, de conscientização.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Agradeço ao aparte, pois enriquece o depoimento da bancada progressista.

Como eu disse, quero voltar aqui, porque quero completar algumas informações. Ontem mesmo estava chegando a Florianópolis e na Beira-Mar, uns 50m, 60m na minha frente, vi os exemplos daquilo que falamos.

Temos em Florianópolis semáforos inteligentes. Mas, infelizmente, algumas pessoas ignorantes acham que se está fechando o sinal devem acelerar, para passar logo. E, ali, quase, por uma fração de segundos, um veículo que ultrapassava em sinal vermelho não mata uma pessoa na nossa frente.

Quero falar mais sobre essas questões...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, dando sequência a esse depoimento do deputado Eni Voltolini, nós que trabalhamos com rádio e TV, o nosso programa tem esse perfil de noticiário, então, toda segunda-feira que apresentamos esses programas, que é diário, saio com o astral lá embaixo e, às vezes, tenho dificuldade de encarar o resto do dia pela saraivada de informações e sequências de todo tipo de morte, especialmente no trânsito. É impressionante!

Sou motociclista há pelo menos 40 anos e já perdi muitos amigos nesse meio, por conta dos acidentes. E nesta semana perdi mais um naquela reta entre São Francisco do Sul e Enseada. Um motociclista que estava num evento para arrecadar donativos, dinheiro, para ajudar o Corpo de Bombeiros Voluntários de São Francisco do Sul, quando saiu do evento e entrou na rodovia, foi literalmente atropelado por uma caminhonete que vinha pela rodovia. Logo em seguida, foi constatado que a pessoa que atropelou e matou esse nosso amigo estava com alto teor de álcool no sangue. Ou seja, foi dito textualmente, não sou eu quem está falando, estava embriagado e era uma moça.

Então, a sequência de mortes e acidentes no trânsito tem várias facetas no nosso país, primeiramente a questão cultural da velocidade que o brasileiro tem por conta da certeza absoluta de quem comete exageros no trânsito não vai preso. Pode ir até a delegacia de Polícia, mas não vai preso. Muito raramente alguém fica preso por conta de um acidente, mesmo que tenha provocado a morte de alguém. Muito raramente alguém vai preso, pois temos essa cultura da velocidade.

Praticamente estou todos os dias na rodovia. E quando tenho pressa e quero podar um carro que está um pouco mais devagar, e o mesmo acelera, aí acelero e vice-versa. É uma cultura de que não posso deixar passar, tenho que correr.

Faço um paralelo disso em relação aos Estados Unidos, por exemplo. Já transitei por lá várias vezes e a última vez fui com meu irmão, no ano passado, fazer a Rota 66, de motociclistas. Essas motos são grandes, desenvolvem uma boa velocidade, mas nós, aqui, culturalmente andamos numa velocidade superior. Mas lá tem as tais 70 milhas, não pode passar dos 110 quilômetros, se não estou enganado.

Então, é interessante ver a autopista com seis pistas de cada lado e aquele comboio todo andando na mesma velocidade. Mas para nós brasileiros dá uma vontade de acelerar, passar e sair daquele comboio, mas acaba se adaptando àquele esquema. Vez por outra passa um mais rápido, e não demora muito a viatura policial passa atrás e para o elemento. O que quer dizer estão sendo vigiados, vistos, por isso, a cultura de se respeitar a velocidade, e naturalmente os acidentes diminuem.

Ao formar esse paralelo, volto ao Brasil, para as nossas rodovias, primeiramente precárias. Pegamos a BR-470 e a BR-280, dois verdadeiros corredores da morte, as rodovias da morte em Santa Catarina. Não tem como dizer não, porque toda semana ou temos acidentes violentos ou temos atropelamentos, porque essas rodovias passam por perímetros urbanos.

Assim, por mais que você queira respeitar a velocidade de transitar a 100 km/h na BR-101, por exemplo, vem um caminhão e passa por cima da gente. E dependendo do lugar há risco de acidente por conta da velocidade empregada, pois não existe limite de velocidade. Vez por outra a Polícia Rodoviária resolve colocar um desses radares móveis em determinado lugar, faz um caminhão de multas, porque ninguém espera ou está acostumado com isso, e aquilo vira uma grande surpresa. Se passar uma tarde lá, sai centenas de multas, por

conta dessa surpresa que o cidadão tem ao transitar pela rodovia.

Fora isso, a velocidade quem faz é a sensatez do cidadão. Se ele é sensato, anda dentro de uma velocidade razoável e consegue transitar, não dentro do limite, porque se fizer isso o caminhão passa por cima. Agora, quem quer andar a 150 km/h, 140 km/h, 160 km/h, 180 km/h, anda tranquilamente, e em determinados momentos a rodovia vira uma pista de automobilismo, porque há uma competição, pois esses carros potentes que desenvolvem mais de 200 km/h com facilidade passam em altíssima velocidade por nós, um colado no outro, tentando passar pelo outro. Então, há essa cultura.

Aliado a isso temos o problema da lei seca aqui no país, que é a tolerância zero, mas toda semana tem gente sendo presa, porque estava dirigindo embriagado.

Se todos fossem presos ao dirigir embriagados, não teríamos nem prisão para tanta gente. E o que tenho? Existe também o sentimento de impunidade, que está fazendo os crimes de trânsito e também multiplicando os assaltos à mão armada. É a mesma coisa. E agora temos um esquema: o cidadão que cometeu um crime com pena de no máximo quatro anos de prisão, nem na cadeia fica. Isso quer dizer que ele vai cumprir outro regime, mas não fica preso. Então, com toda essa sensação de impunidade tanto no trânsito como também nos eventos penais é que está levando o nosso país a ser conhecido como um país cheio de criminosos, de acidentes, como um dos maiores causadores de acidente de trânsito no mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Como nesta parte da manhã não temos uma pauta a ser deliberada na Ordem do Dia, passando alguns requerimentos em vista para a parte da tarde, entramos neste momento no horário destinado à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Eni Voltolini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Peço desculpas ao pessoal da imprensa, mas eu precisava voltar a esta tribuna por alguns minutos para concluir uma linha de pensamento que iniciei há poucos minutos.

Quero insistir em algumas questões que parece que estão nos tornando anestesiados. Quando você fala de problemas com o trânsito, de mortes, de acidentados, infelizmente a repetição deles é de tal forma contínua que nós já não mais entendemos aquilo como algo que nos preocupa, porque há outro problema que se sucede, há outro acidente maior. E nós, às vezes, só nos escandalizamos ou somos tocados quando isso atinge uma proporção muito elevada.

Quero saudar com isto uma atitude e tenho falado em atitudes que podem mudar a vida das pessoas. Lia hoje no jornal *Diário Catarinense* que o novo comandante da Polícia Militar resolveu tomar atitudes diferenciadas relativas a alguns assuntos. Primeiro ele começa a discutir que deve colocar para atividade do dia a dia algumas pessoas, deputado Silvio Dreveck, da Polícia Militar que estão em áreas administrativas.

Acredito que aquela nossa preocupação de sempre estar brigando por mais e mais policiais militares, por mais e mais segurança, passa também em disponibilizar aquelas pessoas que já temos.

Pouco adianta nós falarmos sobre aquilo que nós ainda não temos, talvez o mais importante seja falarmos sobre como podemos tornar mais eficiente o trabalho com os meios que já temos, com os veículos que já temos, com as pessoas que já temos e não ficar falando apenas que nos faltam mais x veículos ou mais x pessoas.

Adotar medidas de eficiência é a primeira recomendação que se deve ter por parte de um gestor público. E essa atitude é bem-vinda para todos nós. Mas precisamos de uma atitude que se correlacione com aquilo que nós hoje estamos falando na tribuna em nome da bancada progressista é ligada ao trânsito, às mortes do trânsito a que me referia. Em média, nos últimos anos, deputado Silvio, em Santa Catarina nós temos perdido de 1.800 a 2.000 pessoas mortas no trânsito e temos

tido em média 6.000 pessoas acidentadas no trânsito.

O deputado Nilson Gonçalves falou sobre a precariedade das nossas rodovias, sobre o aspecto cultural, mas o que precisamos discutir é qual atitude iremos tomar. Vamos apenas nos valer das estatísticas e fazer discursos na tribuna? Ou vamos exigir que as pessoas comecem a tomar atitudes como por exemplos blitz mais sistemáticas, não blitz escondidas, não radares escondidos, mas pessoas visíveis e informações visíveis, para que nós comecemos a ter uma atitude diferenciada.

Vou citar o município de Jaraguá do Sul, onde, se você andar nesse município e não tomar cautelas, você será pego em algum radar que está visível e informado e que diz que você deve andar ali, naquela cidade, no máximo a 60km/h.

Por que de município para município nós temos tantas diferenças? Por que em um município você tem preocupação de seguir as regras do trânsito e em outras aparentemente não? É porque nós vamos nos acostumando com as coisas, a cuidar ou a descuidar. E precisamos nos acostumar a cuidar de vidas.

Quando fui secretário estadual da Saúde, no período de 1999 a 2000, nós recebíamos constantemente uma mesma preocupação que até hoje se repete e vai se repetir: a falta de dinheiro para atender a todas as demandas na área da saúde. Isso não é discurso novo.

O que nos choca é saber que pessoas que estão às vezes na fila de hospitais, e quem sabe aqui neste plenário existam pessoas que têm familiares nessa condição, esperando há muitos meses para serem atendidas em alguma cirurgia, às vezes elas estão prontas para serem atendidas, mas de repente é interrompida aquela cirurgia porque chega uma pessoa acidentada que tem que ocupar um leito e que precisa de UTI reservada para isso. Não estou dizendo que elas não devam ser atendidas, mas estou dizendo que o comportamento no trânsito nos leva às vezes a penalizar outras pessoas também que não têm nada a ver com isso.

Quantas famílias irão arrastar pela vida inteira, no seu corpo, na sua mente, a irresponsabilidade de algumas pessoas que não cuidaram, que não se preocuparam em observar um sinal vermelho e não se preocuparam em verificar o limite de velocidade, que fizeram ultrapassagens arriscadas?

E quando o comandante da Polícia Militar, eu insisto, anuncia ampliação das *blitz*, a presença de policiais, principalmente às sextas-feiras à noite, nas madrugadas de sábados, nas noites de sábados e nas madrugadas de domingo, que são infelizmente os momentos em que muitos de nossos jovens encerram o seu tempo, onde há toda uma expectativa de futuro e de vida, nós precisamos, sim, parabenizar essas atitudes e ampliá-las. Mas ampliá-las nas nossas rodovias estaduais, nas rodovias federais e nas nossas rodovias municipais.

Falava o secretário estadual de Comunicação, deputado Silvio Dreveck, que o nosso estado, dentre as várias facetas de comunicação, deveria assumir para cima a responsabilidade não de fazer uma publicação a respeito do assunto, mas encarar isso com responsabilidade e tirar Santa Catarina desse *ranking* infeliz de ser um dos primeiros estados da federação em número de mortos em acidentes de trânsito.

Nós temos que mudar esse cenário, e se queremos fazer um programa de comunicação eficiente em prol da vida, essa é uma delas, e vamos pedir e cobrar para que isso aconteça.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Muito obrigado, deputado Eni Voltolini.

Apenas para contribuir um pouco com o seu pronunciamento, que com muita propriedade e conhecimento está fazendo no dia de hoje, gostaria de falar que v.exa. destacou o município de Jaraguá do Sul como um padrão de controle de velocidade, sendo que o permitido são 60 km.

Nas nossas rodovias estaduais, deputado Eni Voltolini, e não é diferente em outros estados, mas principalmente em Santa Catarina, e vamos pegar um exemplo prático, que é o município de Joinville, mais precisamente na SC-418, que adentra em Pirabeiraba na direção a São Bento do Sul, naquele trecho de Pirabeiraba até o início da serra, nós temos várias paradas em lombadas eletrônicas com controles diferentes de velocidade, algumas com 40km, outras com 50km e outras com 60km. E isso de fato induz ao quê? Primeiro não haver um padrão em que você controle a velocidade e segundo que acaba sendo o motorista penalizado inúmeras vezes, porque a legislação hoje... Infelizmente, tentei fazer um projeto de lei padronizando, mas quem legisla sobre trânsito é o Denatran, portanto, estamos impedidos de legislar.

V.Exa. tem razão que isso tem que ser modificado, alterado, para se poupar vidas no trânsito e que também se respeitem as velocidades nas rodovias.

Era com isso, deputado Eni Voltolini, que eu gostaria de contribuir para o seu pronunciamento.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Eu é que agradeço, deputado Silvio Dreveck. Acho que esse tema não pode ficar restrito a um, dois ou três pronunciamentos. Eu sei que nesta Casa vários parlamentares já o fizeram, mas essa é uma luta que só pode terminar quando algo for feito, e a Assembleia Legislativa não pode abdicar.

Só teremos o direito de parar de falar do assunto, de exigir mudanças, de propor mudanças, no dia em que comprovadamente o número de acidentes declinar, e diminuir muito, para poder continuar a fazer com que catarinenses jovens ou adultos possam ter o direito de viver.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, companheiro deputado Padre Pedro Baldissera, deputado Kennedy Nunes, que estará visitando escolas de Medicina na Bolívia. E terei o imenso prazer em acompanhá-lo, tendo em vista o Programa Mais Médicos.

Estou usando esta tribuna, presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, para falar sobre a CPI do Ministério Público, referente à aquisição do terreno e do prédio por este órgão, sem licitação.

Estou vendo que acaba de chegar o deputado Mauro de Nadal que será um dos membros da CPI, e hoje estaremos sentando para discutir sobre isso.

Tem muita gente nos ligando e perguntando: A CPI do Ministério Público vai sair ou não?

O deputado Sargento Amauri Soares, que está presente nesta sessão, também fará parte desta CPI.

Primeiro temos que ter racionalidade e não sermos movidos pela emoção com relação a isso. Segundo, temos que ter agilidade e maturidade em fazer uma CPI que se encaminhe rapidamente, em que se esclareçam os fatos desse terreno, que tem uma planta em cima no valor de R\$ 123 milhões, assunto já foi abordado nesta tribuna, várias vezes.

Porém, eu gostaria que a assessoria colocasse no telão um ofício que recebi do delegado Renato José Hendges, o Renatão, que assinou esse documento no dia quatro de abril de 2014, uma semana antes do seu falecimento, deputado Kennedy Nunes. Foi o último documento que o delegado Renatão assinou antes de morrer, deputado José Milton Scheffer, v.exa. que defendeu a redução dos recursos das instituições que se dessem índices de saúde, e mesmo seu partido não querendo assinar a CPI, temos um documento assinado pelo falecido delegado Renatão que diz o seguinte:

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

(Passa a ler.)

"Of. n. 05/2014

Sr. Deputado,

Tendo em vista a iminente instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para a apuração

da aquisição de um terreno por vultosa quantia pelo Ministério Público de Santa Catarina, com dispensa de licitação, esta Associação quer registrar o apoio à iniciativa de vossa excelência que fortalece, sem qualquer dúvida, a democracia e a transparência dos Órgãos Públicos.

Nesta oportunidade, gostaríamos de colocar nossa estrutura à disposição da Presidência da CPI a ser instalada e recomendar, caso seja de interesse público, o nome do Delegado de Polícia de Classe Especial, Ricardo Lemes Thomé para prestar-lhe assessoria de natureza específica processual penal e investigativa, missão à qual é comprovadamente das mais experientes autoridades policiais do Estado, tendo exercido o cargo de Delegado-Geral da Polícia Civil, nos anos de 2004 e 2005. Se tal propósito for acolhido por Vossa Excelência, solicitamos que no momento adequado haja a convocação do nominado, mesmo sem ônus, na forma do inciso I do art. n. 153, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para o resguardo legal da atividade.

Ao ensejo desejamos votos de êxito na empreitada iniciada.

(a) Renato José Hendges
Presidente - ADEPOL/SC" [sic]

Estou lendo este documento do dr. Renato, deputado Mauro de Nadal, porque foi o último documento assinado por ele.

Se o PSD, o PSDB e o PP não quiseram assinar a CPI... E para que tenhamos a transparência pública maior possível, vou levar esse ofício para a comissão que será instalada para decidirmos sobre esse convite que foi um pedido do falecido Renatão - que eu acho que tem mérito pela sua história pública em Santa Catarina -, tendo em vista que já havíamos convidado um representante da OAB e um representante do Sindicato da Construção Civil de Santa Catarina, porque se houvesse sido feita uma licitação, automaticamente todos poderiam participar.

Com certeza, teremos aqui a transparência das instituições de Santa Catarina, primeiro para

mostrarmos que essa CPI não tem, em nenhum momento, o objetivo de denegrir a imagem do Ministério Público que, continuamos afirmando e reafirmando, é uma instituição importante para a democracia brasileira. Segundo, com o objetivo de mostrar claramente que estamos aqui cumprindo com o nosso papel, deputado Sargento Amauri Soares.

E v.exa. aqui neste plenário tem debatido, assim como eu, situações que não são das mais saborosas nem das mais fáceis para serem tocadas, a exemplo dessa que estamos fazendo. Porque, se formos olhar cada Ministério Público deste país, com certeza haveria CPI em todos os estados deste Brasil.

Nós estamos tomando essa postura aqui por discordarmos do método, da forma e por estarmos prezando pelos recursos públicos do estado catarinense.

Por isso, *in memoriam*, a minha saudação ao ex-presidente da Adepol, o delegado Renato José Hendges.

Eu tenho plena convicção de que os membros da CPI terão a sensibilidade de acatar esse pedido do delegado Renatão, indicando uma figura que é um delegado conhecido e importante no estado, o delegado dr. Ricardo Lemos Thomé.

Com certeza, deputado Kennedy Nunes, já que v.exa. disse que gostaria de assinar a CPI e não assinou porque foi posição de bancada, esse delegado poderá representar v.exa. na Comissão Parlamentar de Inquérito. E quero dizer aqui que o deputado Kennedy Nunes já se diz representado por esse delegado.

No mais, logicamente, quero saudar aqui o Figueirão de Santa Catarina, deputado Padre Pedro Baldissera, que foi ao Itaquerão, aquele campo de futebol que disseram que não estava preparado para a Copa, que não iria ter Copa lá porque não ia dar condição e tempo. O campo de futebol Itaquerão teve todos os testes possíveis. Primeiro, porque choveu muito, inclusive com pedra, e o gramado teve uma drenagem perfeita, não houve goteiras nas arquibancadas e houve futebol. Alguns reclamaram porque o metrô não estava com a parada embaixo do

campo, mas estava lá perto e o pessoal teve que caminhar um pouquinho. Porque imaginem na Copa, com todo mundo chegando...

Tudo transcorreu perfeitamente bem, os deficientes físicos e cadeirantes tinham Vans para levá-los e eles desceram num lugar especificamente para os deficientes físicos. Isso mostra o processo de organização que havia.

A única coisa que não deu certo para o nosso Lulinha, que é corintiano doente, foi que o Corinthians perdeu. Mas tudo bem! O campo de futebol estava bom.

Então, parabéns ao Figueirense, porque esse jogo estava sendo acompanhado pelo mundo inteiro para ver se iria dar certo o campo de futebol. E o Figueirinha foi lá, fez o primeiro gol, e o jogador, que não me lembro do nome agora, está nos anais da história do futebol brasileiro, e fez bonito os nossos três primeiros pontos.

Portanto, parabéns ao Figueira e a toda torcida do Corinthians que participou no campo com mais de 45 mil pessoas.

Este ano vai ter Copa, e a melhor Copa da história das Copas, porque já está comprovado que todos os ingressos estão vendidos e, principalmente, que será a Copa de pleno êxito não apenas em relação ao legado de obras que estão sendo feitas, mas, principalmente, porque já se diz que será a Copa com o maior faturamento da história das Copas também, mostrando que os investimentos feitos terão retorno triplicado pelo que está sendo feito.

Por isso, parabéns à nossa querida presidenta Dilminha!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha aqui presente nesta manhã de terça-feira, ou também pela TVAL e pela Rádio Alesc

Digital, quero também, como bom e apaixonado avaiano, parabenizar o Figueirense, os seus torcedores, a equipe e os jogadores por terem pregado aquela surpresa agradabilíssima para nós, catarinenses, de ter marcado o primeiro gol da história do Itaquerão. E contra o time da casa, um dos maiores do Brasil, que estava invicto na competição em comparação com o Figueirense, que não tinha conseguido marcar nenhum gol ainda e tinha tomado quatro derrotas.

O futebol é mesmo extraordinário e apaixonante por essas questões. Geralmente, é claro, é campeão o time mais estruturado, com a melhor equipe e as melhores condições. Mas o futebol nos apresenta algumas situações absolutamente inusitadas, e essa foi uma delas.

Parece que estava escrito em algum lugar: "Olha, o Figueirense não vai marcar nenhum gol nas quatro primeiras partidas do Campeonato Brasileiro da Série A, porque o primeiro gol do Figueirense na Série A de 2014 está reservado para ser o primeiro gol do Itaquerão".

Então, o futebol tem isso e por isso que mexe com tantas paixões, com tantas alegrias e envolve tanto a população brasileira.

Não obstante todas as críticas aos investimentos, ao dinheiro público, etc. - e da minha parte não pode ser diferente -, e embora todos os interesses econômicos da Fifa, daqueles conglomerados e as políticas de exclusão social e exclusão do pequeno comércio ambulante que têm sido feitas, e é preciso registrar também, é evidente que não tem como um brasileiro não ser brasileiro e deixar de gostar de futebol e deixar de torcer pela sua seleção.

A Copa do Mundo está aí com as suas manifestações, com as suas críticas necessárias, elogiáveis, é preciso que se diga, mas também com os brasileiros gostando de futebol e de ver futebol.

Quero também aqui abordar o tema que foi tratado pelo deputado Eni Voltolini, pelo deputado Nilson Gonçalves, aparteado primeiro pelo deputado

Silvio Dreveck, quanto à questão da violência no trânsito.

Temos aí o desenvolvimento da campanha Maio Amarelo, de prevenção e conscientização dos motoristas.

Concordo plenamente com todos e com tudo que disseram na manhã de hoje, aqui, nesta tribuna, de que é preciso mais educação dos motoristas, é preciso combater o culto à velocidade, é preciso combater o alcoolismo ao volante. E quero parabenizar o novo comandante da Polícia Militar, coronel Valdemir Cabral, e a estrutura, ao definir que é preciso que a Polícia Militar intensifique as blitz em horários onde previna e alerte os motoristas, para que as blitz aconteçam nessas noites e madrugadas mais propensas estatisticamente e comprovadamente onde acontecem os acidentes, principalmente aqueles que poderiam ser com muita facilidade evitados.

É claro que sexta-feira, à noite, para sábado, na madrugada, e no sábado para domingo, é mais pesado para o policial e para os seus trabalhadores realizar esse serviço, e vai ter maior concentração de efetivos nesse horário. Então, é preciso evidentemente compensar esse esforço maior também dos policiais.

No entanto, está de parabéns o coronel Cabral, também pelo que ouvi falar na manhã de hoje pelas rádios, de que as blitz não devem ser feitas naqueles horários, objetivando pegar o motorista sem documentos para aplicar uma multa. Se isso é necessário e a legislação assim determina, evidentemente, que se estiver de forma irregular haverá a penalização, porque do contrário houve a prevaricação por parte dos agentes policiais que estão realizando os serviços. No entanto, a blitz deve ser voltada justamente para defender a vida, para salvar as pessoas, como forma preventiva, nas noites e madrugadas de sexta-feira e de sábado, para que os jovens e os não tão jovens, mas que querem continuar jovem, apesar da idade, que saem pelas madrugadas imaginando que estão na década de 70, onde só havia quatro carros na rua, saibam, antes de sair de casa, que haverá blitz. Então,

que se organizem, que se planejem, para que não cometam absurdos depois de ingerir alguma quantidade de bebidas alcoólicas e quem sabe de outras coisas.

Então, sim, é preciso trabalhar nisso e concordo com todos os oradores anteriores sobre esse assunto na manhã de hoje.

Mas é preciso fazer uma avaliação também das questões estruturais, da relação quantidade de carros nas ruas e condições das estradas, das vias, das áreas de estacionamentos, das áreas de escapes, das áreas de segurança. É evidente que as vias têm sido melhoradas, alargadas, ampliadas no Brasil, nas últimas décadas e nos últimos anos. No entanto, é preciso reconhecer que a quantidade de carros aumentou de forma proporcionalmente muito maior, e daí também a razão de tantos acidentes, além daqueles que poderiam ser evitados, se não fosse a imprudência de alguns, de outros acidentes que vão acontecer necessariamente, mesmo que ninguém beba e saia dirigindo, mesmo que ninguém seja imprudente.

É só olhar a velocidade que é permitida numa estrada que é dividida da outra apenas por uma faixa amarela riscada no chão. Um veículo a 80km/h para lá e outro a 80km/h para cá, estou falando de uma rodovia simples cuja velocidade máxima é de 80km/h, somadas essas duas velocidades, são 160km/h. E só o que divide esses dois veículos é uma faixa amarela pintada no asfalto. Qualquer mal súbito de um motorista proporciona uma tragédia. Um inseto, uma abelha que entra em um veículo cria uma tragédia, e aí não se pode falar em imprudência, porque se tem essas condições, sem falar em pneus que estouram, sem falar de objetos na pista, de um animal que atravessa a pista, de um buraco na pista, que leva o motorista a desviar, capotar e invadir a outra pista. Então, estatisticamente e probabilisticamente não tem como evitar uma grande quantidade de acidentes, de traumas, de mortes nas estradas por essas razões.

É preciso se criticar também, deputado Padre Pedro Baldissera, o incentivo permanente, aprofundado cada vez mais da indústria do

automobilismo, em detrimento cada vez maior também dos incentivos fiscais, dos apoios ao transporte coletivo de massas. A indústria automobilística está perdoada de pagar a sua cota previdenciária, os 11% da indústria automobilística, e de tantas outras. Isso não precisa mais no Plano Brasil Maior, que eu chamaria de menor, porque está mais submetido aos monopólios internacionais, inclusive o do carro. Se a metade desse dinheiro fosse usada para construir metrô, para construir sistemas de transportes coletivos, para ampliar a qualidade, para baratear os custos do transporte coletivo dos ônibus... Aliás, seria impossível o transporte coletivo gratuito e para todos e todas que preferisse andar de ônibus confortável, mais rápido, do que essa loucura que são as estradas em todas as cidades brasileiras, em todas as cidades catarinenses.

Todas as cidades com mais de 50 mil habitantes têm problemas de engarrafamento em algum horário do dia. E essa política não se reverte, pelo contrário, ela é fortalecida também a cada governo. Isso precisa ser avaliado. Não é impedir que as pessoas tenham o carro, e é bom que cada brasileiro maior de idade tenha, mas o que é inaceitável é que todas as pessoas tenham que sair de casa de carro todos os dias, para ir ao trabalho, para ir à escola, porque não tem um sistema de transporte coletivo de massa de qualidade, rápido, eficiente e barato, que poderia ter com a metade do incentivo que se dá às indústrias automobilísticas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, para o horário regimental, às 14 horas.

Está encerrada a presente sessão.